

# Sem estudo e sem trabalho: uma análise sobre o impacto da COVID-19 e do desemprego nas juventudes brasileiras.

Guilherme Palmieri Almeida

**RESUMO:** “Como evoluíram os indicadores referentes ao trabalho, das juventudes de 14 a 29 anos, durante o período 2020 e 2021, caracterizado pela pandemia da COVID-19?”, o artigo a seguir apresenta, por meio de uma abordagem histórico-estrutural e referenciada na literatura acadêmica sobre a atuação do Estado como agente econômico, uma análise sobre os dados referentes ao desemprego - em um recorte de idade dos 14 aos 29 anos - obtidos através da PNAD contínua no período da pandemia da COVID-19 (jan 2020 - dez 2022). Trazendo como principal contribuição ao debate a “caracterização das taxas de ocupação e desocupação das juventudes brasileiras durante a pandemia da COVID-19, suas potenciais implicações na deterioração dos indicadores referentes ao emprego e desalento da população de 14 a 29 anos”. Foi utilizada como conceituação teórica a mais recente literatura acadêmica sobre o tema e como ferramental à análise e tratamento dos microdados referentes a PNAD, o software R. Através dos dados e da conceituação teórica, discute-se a evolução dos indicadores referentes a trabalho no Brasil e seu impacto nas juventudes brasileiras, por meio de uma sistematização e tratamento dos microdados para a faixa etária de 14 a 29 anos. Aponta-se a deterioração do emprego e da renda para as juventudes, evidenciando o impacto do desalento e seus motivos, bem como a baixa ocupação e a deterioração da renda.

**Palavras-chave:** Desemprego, PNAD, Juventudes, Sociedade, Economia

## INTRODUÇÃO

O papel do Estado no estabelecimento e criação de políticas públicas eficazes e com capacidade de induzir a redução do desemprego e do desalento foi deixado de lado nos últimos seis anos. Segundo relatório do IBGE (2022), o desemprego no Brasil é um problema estrutural que atinge principalmente a população jovem, negra, pobre e em sua maioria mulheres.

“Então, considera-se expressivas algumas posições que reforçam os efeitos dessa precarização sobre o segmento juvenil, especialmente na realidade brasileira no qual, as pessoas entre 15 e 29 anos, configuram-se como contingente expressivo da população, próximo de 52 milhões de pessoas em 2017 (estimativas do IBGE). Sendo que, contingentes expressivos da população jo-

vem trabalha e 52,6% da população de 25 anos ou mais não completaram a educação escolar básica e obrigatória, em 2018; ou seja, não concluíram no mínimo o ensino médio (PNAD CONTÍNUA, 2019b).” (Souza, Loreto e Reis, 2021, p.101)

Através da análise dos indicadores observados no artigo, pode-se pressupor que houve uma atuação do Estado, como inimigo da população atingindo assim, de forma negativa durante o governo Bolsonaro, toda a sociedade brasileira.

As juventudes, assim como pode ser observado em De Sousa (2021), convivem com uma situação de degradação dos indicadores do trabalho no país, principalmente a partir de 2016 e como apontado no relatório IBGE (2022), viram sua perspectiva que já era negativa, desabar com a chegada da pandemia da COVID-19.

Em Rossi et al (2020), propõe-se como necessidade para uma mudança de paradigma econômica, a reestruturação da justiça social em prol de uma reparação histórica que gere desenvolvimento social ao país.

De acordo com dados do IBGE (2022) houve um impacto negativo da pandemia nos indicadores econômicos e sociais e o papel da pandemia nas juventudes brasileiras.

“Como consequência, o percentual dos que não estudavam nem estavam ocupados subiu de 24,1%, em 2019, para 28,0% em 2020. Em 2021, o percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam nem estavam ocupados recuou para 25,8%, atingindo mais de ¼ dos jovens brasileiros (12,7 milhões de jovens), patamar superior aos anos pré-pandemia” (IBGE, 2022, p. 37)

Através da análise dos microdados fornecidos pelo IBGE, que serão detalhados durante o artigo, é possível observar a deterioração do trabalho nas juventudes brasileiras, o desalento atinge a maioria dos jovens desocupados e a renda dos jovens ocupados tem concentração na faixa de até 2 salários mínimos. Para tal, este artigo está dividido em cinco partes, sendo elas a introdução, a conceituação prática e ferramental, a conceituação teórica, a análise dos dados obtidos, a síntese do artigo e a conclusão.

Portanto, o presente artigo possui como contribuição do ponto de vista teórico e prático a **“caracterização das taxas de ocupação e desocupação das juventudes brasileiras durante a pandemia da COVID-19 suas potenciais implicações na deterioração dos indica-**

**dores referentes ao emprego e desalento da população de 14 a 29 anos**", com um recorte específico de idade, dos 14 aos 29 anos, abordando assim, o impacto das políticas públicas no desemprego das juventudes brasileiras.

Para tal, os microdados analisados foram extraídos do banco de dados do IBGE referentes à PNAD contínua e trabalhados a partir do software "R" e os artigos definidos em um processo de avaliação, e selecionados através do debate acadêmico mais recente sobre o tema.

Buscando através do objetivo proposto responder: **"Como evoluíram os indicadores referentes ao trabalho, das juventudes de 14 a 29 anos, durante o período 2020 e 2021, caracterizado pela pandemia da COVID-19?"**

## REFERÊNCIAL TEÓRICO

O desemprego nas juventudes brasileiras afeta em cadeia não só o jovem em sua individualidade, mas também toda a sociedade no espectro econômico das relações sociais em que estão inseridos.

Um jovem que não trabalha e não estuda, não participa das relações econômicas, não tem renda e não consome, não se torna um ativo intelectual que pode produzir em prol do país, gerando um passivo negativo futuro para o Estado e uma provável situação de estagnação social.

A sociedade capitalista contemporânea, como aponta Dowbor (2018) formada pelo consumo em massa, pela globalização e financeirização do capital mundial, possui em sua complexidade a necessidade de reconstrução sistemática do modus operandi do desenvolvimento capitalista.

A pandemia da COVID-19 quebrou paradigmas e trouxe à tona um velho problema, com conhecida solução, proposta por Keynes (1936) e com sua práxis abandonada desde a ascensão do neoliberalismo e das políticas globais de austeridade como remédio para o enfrentamento de crises.

Conhecidamente, entende-se pela inserção da população no mercado de trabalho, de estímulo à demanda através dos salários e da criação de postos de trabalho, serviços públicos e de transferência de renda eficazes, aumento do gasto público em prol de uma maior estabilidade social no longo prazo, culminando na capacidade do Estado de gerar renda, emprego e consequentemente gerar um ambiente propício aos investimentos privados no país Keynes (1936).

O receituário básico de um mundo de quase 90 anos atrás e que parece esquecido pela maior parte dos economistas do mainstream, no entanto, os fatos não mentem e a realidade se torna evidente na necessidade de inclusão de

uma maior parcela da sociedade em um ciclo de renda e consumo que seja capaz de sustentar um crescimento a longo prazo.

A função estabilizadora de Musgrave e Musgrave já tratava do tema e da necessidade de reação do Estado frente à crise no século passado, buscando atuar de forma contra cíclica gerando uma política de desenvolvimento duradoura. Neste sentido, Rossi, David e Chaparro (2020, p 30) apontam a seguir:

"Essa função da política fiscal foi reconhecida na década de 1930, diante dos efeitos da Grande Depressão sobre o emprego e o nível de preços. De acordo com Musgrave e Musgrave (1973), a lógica dessa função é simples: quando há desemprego involuntário deve-se aumentar o nível de demanda pública até alcançar o pleno emprego. Quando há pressão inflacionária decorrente de excesso de demanda, o governo deve ajustar os seus gastos de maneira a contribuir para estabilizar os preços." (Rossi, David e Chaparro, 2020, p 30).

Neste sentido, a definição de uma política fiscal social que leve em consideração as necessidades do século XXI e seus desafios deve partir de um Estado plural e comprometido com as mazelas da população mais pobre e com o desenvolvimento econômico e social do país. Para tal, as contribuições das análises históricas e das medidas que foram eficientes em outros períodos devem ser olhadas como bases para a produção de uma nova economia brasileira, diversa em sua magnitude e capacidade de enfrentar os novos tempos com respeito à cidadania, aos direitos humanos e aos princípios democráticos.

Rossi, David e Dweck (2020) abrangem as possibilidades do pensar de uma nova forma de condução da política fiscal no Brasil, e ao definir uma política fiscal para responsabilidade social concluem:

"O terceiro pilar considera que a função estabilizadora da política fiscal, deve ir além de sua interpretação keynesiana tradicional ligada à estabilização do nível de emprego e de preços. Essa pode também incorporar a dimensão dos direitos humanos entendida especialmente a partir do princípio de não retrocesso social e de garantia do conteúdo mínimo." (Rossi, David e Dweck 2020, p 254)

As juventudes brasileiras, em sua maioria desempregadas durante o período mais crítico da COVID-19, são afetadas diretamente pelas políticas públicas inexistentes e incapazes de reproduzir em si as necessidades dessa parcela da população.

Uma inserção laboral capaz de compreender as especificidades de cada juventude, deve garantir direitos mínimos aos cidadãos que muitas vezes, ao se verem inseridos no mercado de trabalho, não possuem nenhum tipo de direito

ou direito a um salário mínimo.

O entendimento das necessidades das juventudes periféricas nos novos tempos vividos pela sociedade é fundamental para formulação de políticas públicas que evitem uma deterioração social da qualidade de vida e trabalho das juventudes por conta da incapacidade do Estado de compreendê-las. Como pode ser observado de forma primorosa por Abílio (2020) as juventudes periféricas do Brasil além de sofrer com o desemprego, quando ocupam o mercado de trabalho, em sua maioria são explorados como motoboys e bikeboys em aplicativos de entrega.

Segundo a autora:

“Por fim, pensar a economia de forma antirracista é mirar a transformação das estruturas que reproduzem o racismo e é também construir um projeto de desenvolvimento que incorpore o combate ao racismo como objetivo central, o que implica pensar cada política pública e cada instituição pública a partir da perspectiva do racismo estrutural. Nesse contexto, os economistas brasileiros – em sua esmagadora maioria brancos – poderiam refletir sobre como o racismo está presente nas instituições econômicas e na forma como a política econômica é pensada. Dentre essas, a política fiscal é uma dimensão fundamental do racismo.” (Abílio, 2020, p.595)

Não obstante à necessidade de criação de postos de trabalho e de oportunidades de estudo para as juventudes diversas do país, a economia de plataforma e a uberização que atingem em sua maioria trabalhadores jovens negros das periferias, produzem como efeito a derrocada dos direitos trabalhistas que em um passado recente eram garantidos pela Constituição.

Almeida, Batista e Rossi (2020), evidenciam a necessidade de uma política econômica e de uma nova economia, formuladas a partir de concepções antirracistas e com amplitude social que permitam o desenvolvimento de acordo com as diretrizes dos direitos humanos.

Complementarmente em Rossi, David e Chaparro (2020) e Almeida, Batista e Rossi (2020) evidencia-se a necessidade da observação de variáveis relativas aos direitos humanos no contexto de uma economia que compreenda os desafios de nosso tempo são essenciais e envolvem a reparação histórica ao racismo e misoginia praticados durante séculos no Brasil e que nos assombra em suas formas mais nefastas até hoje.

Neste sentido, a necessidade de uma compreensão do papel da redução da desigualdade como política de crescimento econômico perpassa pela real incapacidade de governabilidade presente no país entre 2019 e 2022, é conhecida a total falta de políticas públicas e econômicas por todo o mundo e seus resultados são obviamente percebidos na sociedade.

Além disso, De Sousa (2021) concei-

tua-nos historicamente em afirmar que apesar dos diversos ganhos sociais e econômicos obtidos a partir dos anos 2000 no Brasil, a situação das juventudes em relação ao trabalho, tem se deteriorado desde 2016. Isto é, as atuais condições de insegurança e falta de direitos básicos relativos aos trabalhadores intrinsecamente atua com o maior desalento das juventudes, sem visão de perspectiva de uma inserção laboral e com altas possibilidades de uma futura atuação no mercado informal, sem garantias e direitos, assim como a maior parte da população brasileira:

“A tarefa que se impõe é introduzir novos mecanismos que protejam os trabalhadores da insegurança laboral, num contexto prospectivo do desemprego estrutural de longa duração, da corrosão dos empregos e da base salarial (Belluzzo, 2020) e da obsolescência da mão de obra, em razão das sucessivas revoluções tecnológicas (Lavinias, 2018). Nessa perspectiva, a reforma do Estado Social brasileiro deve avançar no sentido de se introduzir um novo benefício de transferência de renda que complemente ou substitua temporariamente os rendimentos do trabalho, mitigando a pobreza e a desigualdade, pela maior proteção à massa trabalhadora desempregada ou inserida de forma precária no mercado de trabalho.” (Fagnani, 2020, p 275)

O relatório do IBGE (2022) para a PNAD é contundente em afirmar que apesar de um pequeno reaquecimento do mercado de trabalho em 2021 ele é marcado por uma maior informalidade e em condições mais desfavoráveis de trabalho e renda.

Relacionar o período de crise e a necessidade evidente do investimento público para combater os sintomas econômicos e sociais da pandemia com a ineficiência do governo federal em atuar e prover de forma eficaz soluções ao país é inevitável.

“No Brasil, o ajuste fiscal – pela via do corte de gastos públicos – vem sendo vendido há pelo menos cinco anos como a fábula da cigarra e da formiga. O argumento moral aponta que os excessos devem ser remediados com abstinência e sacrifícios. Esses excessos têm várias faces – aumentos de salário mínimo, gastos sociais, intervencionismo estatal e até a Constituição de 1988 – e o remédio tem nome: austeridade. E o país vem se tratando com esse remédio que não tem eficácia comprovada e apresenta efeitos colaterais, como uma cloroquina da economia.” (Carvalho e Rossi, 2020, p. 40)

Souza, Loreto e Reis (2021) evidenciam no debate o papel negativo do governo no combate à pandemia e seu reflexo nas juventudes brasileiras, na deterioração da sua renda, da oferta de emprego e da incapacidade total de produzir uma gestão pública para juventudes eficiente e programática.

Em suma, desenvolver políticas públicas

que sejam capazes de produzir emprego para as juventudes não só deve ser visto como necessidade social, mas sim como investimento do Estado em prol do desenvolvimento econômico, englobando todas as necessidades do que será o futuro do país. Há de se apontar que a incapacidade de gestão do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro agrava a realidade das juventudes brasileiras, uma vez que é papel do Estado garantir todos os aspectos que contemplam os direitos humanos e suas violações durante os anos que ocupou a presidência serão marcadas na mais triste história do Brasil.

Por fim, Resende, Terra e Filho (2021) atentam sobre as mudanças de paradigmas econômicos necessárias com a chegada da pandemia, a adoção de políticas contracíclicas no âmbito fiscal e monetária para reordenar a economia, com investimento público nos sistemas educacionais e de saúde pública e foco na crise climática.

## METODOLOGIA

A partir do software "R" e do banco de microdados de dezembro de 2022, disponibilizado pelo IBGE em relação à PNAD, foram extraídos os dados necessários para a pesquisa.

O pacote disponibilizado pelo próprio IBGE, denominado "PNADcIBGE", em sua versão 0.7.1 foi utilizado como fornecedor principal dos dados. De forma complementar foram utilizados os pacotes "haven", "survey", "convey".

Foram selecionadas as variáveis de controle condizentes com a necessidade da pesquisa e foram produzidas as linhas de código necessárias para executar os modelos e extrair os dados pretendidos.

Foram selecionadas as variáveis referente a sexo (V2007), idade (V2009), cor ou raça (V2010), pessoas ocupadas e não ocupadas (V4001), se pessoas desocupadas procuraram ou não emprego (desalento)(V4071), características dos desalentados (V4074A) e renda média dos ocupados em proporção do salário mínimo (V403311).

O recorte de idade utilizado dos 14 aos 29 anos, tem aqui o objetivo de contemplar a faixa etária condizente com todas as juventudes brasileiras, assim proporcionando uma melhor elucidação das características do trabalho e do emprego no período de 2020 e 2021.

A opção pela utilização dos 4 trimestres referentes a cada ano, totalizando 8 trimestres em análise, tem como principal objetivo a possibilidade da observação de pequenas oscilações nas variáveis analisadas.

Com o objetivo de incentivar futuras pesquisas e proporcionar um maior ferramental aos economistas que buscam analisar a PNAD contínua em seus microdados a partir do software

"R".

É possível observar a seguir as fórmulas utilizadas para a extração dos microdados utilizados no artigo.

Ocupação dos trabalhadores de 14 a 29 anos:

```
propiedade <- svymean(x=~V4001,
design=subset(dadosPNADc, V2009 <
30), na.rm=TRUE) propiedade
```

Desalento de 14 a 29 anos:

```
propiedade <- svymean(x=~V4071,
design=subset(dadosPNADc, V2009 <
30), na.rm=TRUE) propiedade
```

Motivo do desalento de 14 a 29 anos:

```
propiedade <- svymean(x=~V4074A,
design=subset(dadosPNADc, V2009 <
30), na.rm=TRUE) propiedade
```

Renda média em salários mínimos dos ocupados de 14 a 29 anos:

```
propiedade <- svymean(x=~V403311,
design=subset(dadosPNADc, V2009 <
30), na.rm=TRUE) propiedade
```

Com a obtenção dos dados, sua raspagem, a produção de gráficos e tabelas e com o apoio da literatura acadêmica que permitiu a conceituação utilizada na análise teórica, completam-se os ferramentais necessários para a complexidade que exige tal tema.

A análise numérica em si objetiva-se em complementar e fornecer o apoio à comprovação teórica do objeto em análise, a inação do governo federal e o desemprego nas juventudes brasileiras.

## EMPREGO E JUVENTUDE: UMA ANÁLISE BASEADA NA PNAD

Como exposto anteriormente na fundamentação teórica, é de extrema valia a necessidade da compreensão sob os aspectos que geram o desemprego no Brasil, para que os agentes públicos em suas formalizações de políticas públicas sejam capazes de compreender a realidade em que o povo está inserido e o papel do Estado como condicionador da criação do emprego no país.

De tal forma, é urgente a reflexão sobre como o Governo impactou diretamente durante os anos de pandemia, através de uma má gestão, ineficiente em todos os aspectos da máquina pública, gerando uma situação de degradação

dos indicadores sociais no país.

Segundo o relatório do IBGE (2022), apesar da lenta recuperação dos indicadores relativos ao emprego no país, a deterioração da renda, da qualidade de vida e a falta de perspectiva assola a maioria dos lares brasileiros.

As juventudes, inseridas nessa realidade social de incertezas e riscos durante a pandemia, padecem de políticas públicas eficazes na redução da pobreza e da desigualdade, avaliar o quadro geral do desemprego dessa faixa etária tem como objetivo a elucidação do comportamento dos indicadores como forma de comprovar o exposto na seção anterior.

Emprego e juventude, em um país de maioria pobre e periférica, em geral estão relacionados a uma baixa remuneração, uma menor taxa de ocupação entre os mais jovens, e no mundo

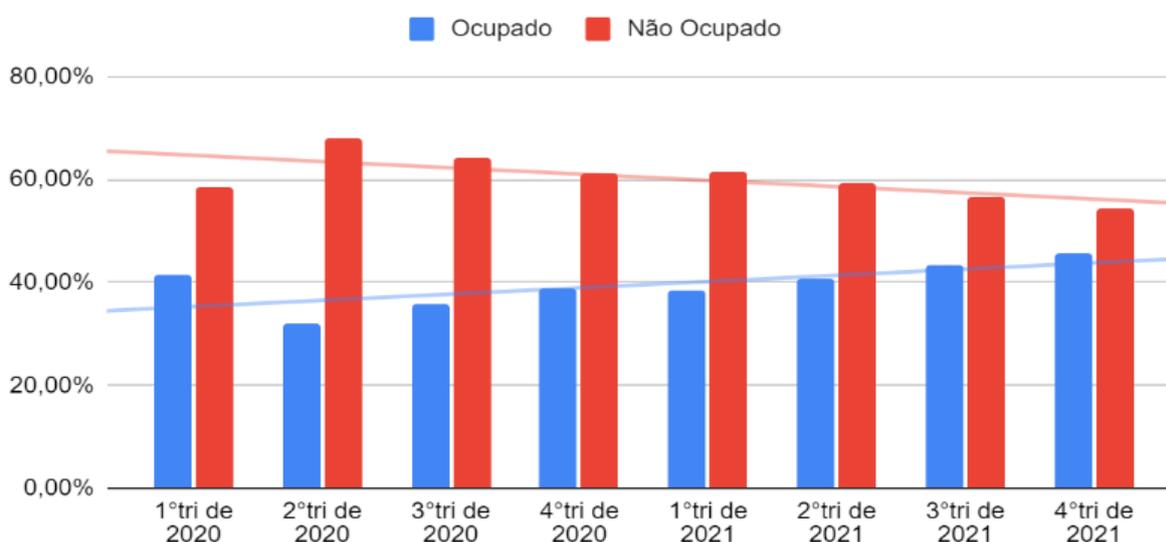
da economia de plataforma e da uberização da classe trabalhadora, a condições de trabalho precárias.

A partir da análise dos microdados da PNAD contínua fornecidos pelo IBGE foram extraídos os dados que compõem a presente seção, sua análise será feita de forma sucinta e elucidativa.

O gráfico apresentado na figura 1 mostra a taxa de ocupação e desocupação dos jovens de 14 a 29 anos, de forma trimestral, nos anos de 2020 e 2021.

É possível observar um recuo da taxa de ocupação referente ao primeiro trimestre de 2020, de 41,36% para 31,99%, que só é recuperada a partir do terceiro trimestre de 2021, ainda em patamares baixos, equivalente a 43,53% das juventudes.

**Figura 1** - Percentual de ocupação e desocupação de jovens entre 14 e 29 anos



**Fonte:** Elaboração própria.

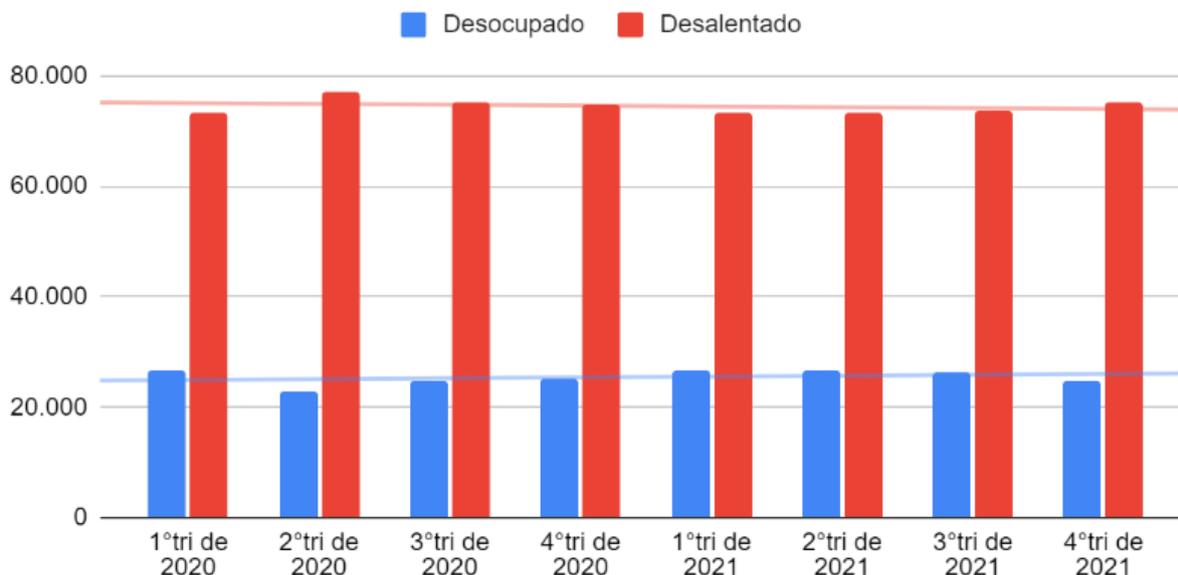
A taxa de desocupação como mostra a figura 1, sofre em patamares preocupantes, apesar da variação relativa à pandemia, mantida em patamares estáveis porém altíssimos, observa-se como período de maior desocupação o segundo trimestre de 2020, representando 68,01% da população de 14 a 29 anos.

A fome e o aumento da miséria são retratos cruéis dos tempos de pandemia, o relatório do IBGE (2022) aponta para uma deterioração não recuperada dos indicadores sociais e de trabalho, que pode ser considerada, assim como em Carvalho e Rossi (2020), como reflexo do total abandono das políticas de combate à pandemia pelo governo Bolsonaro.

O desalento como reflexo da falta de perspectiva é o mais alarmante dado observado no período da COVID-19, uma maioria dos jovens desocupados, sem procura de emprego e

sem condições financeiras e sociais de buscar a inserção no mercado de trabalho.

**Figura 2 - Percentual de ocupação de desocupação de jovens entre 14 e 29 anos**



Fonte: Elaboração própria.

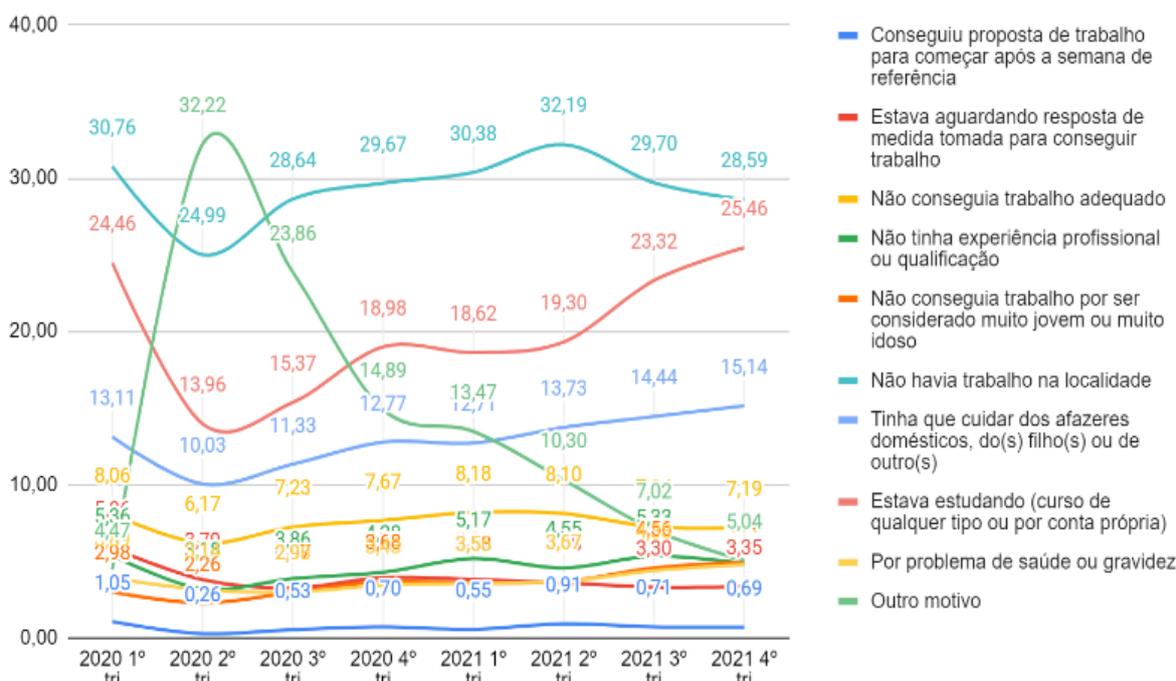
A análise dos dados referentes ao desalento chama a atenção a partir do gráfico exposto na figura 2, a alta estabilidade em patamares de 75,19% no último trimestre de 2021 demonstram a total descrença na possibilidade de conseguir um emprego entre as juventudes.

Tal taxa não se explica tão somente pela pandemia, mas concretiza-se em um projeto de governo, o projeto que somado a total falta de ação, falta de vacinas, disseminação em larga escala do vírus no país refletem em indicadores preocupantes e em um desafio. Pode até ser um

objetivo de desmonte.

Uma vez compreendida a situação degradante do emprego para as juventudes brasileiras, busca-se então uma maior especificidade no entendimento dos dados obtidos, apresenta-se a seguir uma análise sobre os perfis dos desalentados de 14 a 29 anos no país, explicitando o impacto da pandemia e de outras variáveis resultantes na falta de condições da busca por um emprego.

**Figura 3 - Apontamento Trimestral das Motivações do Desalento.**



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico representado na figura 3 acima demonstra o perfil do desalento nas juventudes brasileiras, de forma concreta observa-se a evolução durante a pandemia dos indicadores referentes ao motivo do desalento na população de 14 a 29 anos.

A linha de tendência verde representa "outro motivo" captando o efeito da COVID-19 e de sua disseminação no desalento das juventudes, não é possível afirmar, mas parece que com políticas de redução do contágio mais eficientes, os números não seriam tão altos.

Outro ponto referente a "outros motivos" é a demora na recuperação dos patamares anteriores à pandemia, sendo atingidos somente no último trimestre de 2021.

A pandemia também afeta a linha dos que não procuraram emprego porque estavam estudando, sendo perceptível o impacto da pandemia na educação e na evasão escolar das juventudes.

O estudo, também impactado diretamente pela falta de políticas para a educação do governo federal, também só tem seu patamar re-

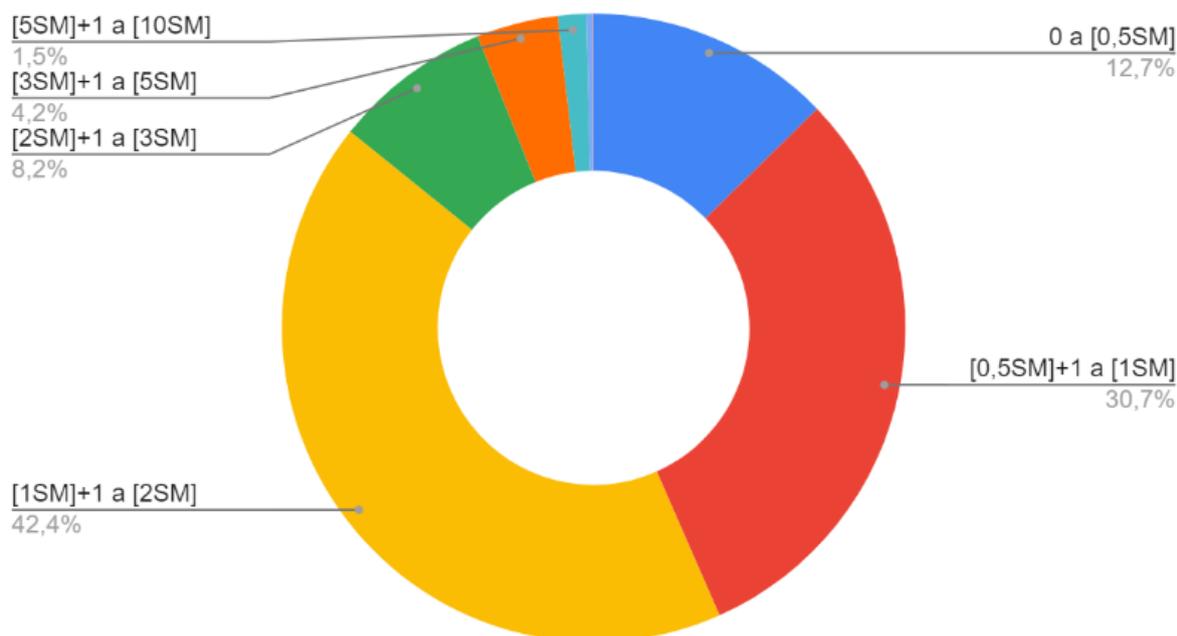
cuperado entre os que não procuraram emprego no último semestre de 2021, mostrando a lenta recuperação de uma variável que apesar de apontar o desemprego dos estudantes brasileiros, nos dá a certeza de que pelo menos uma parcela dos jovens desempregados estuda regularmente.

A necessidade de cuidar de afazeres domésticos, de filhos ou parentes em conjunto com a falta de emprego na localidade representam as variáveis que mais dizem respeito à ausência do estado em prover os direitos básicos aos cidadãos, desde equipamentos públicos eficientes à capacidade estatal de indução das ofertas de emprego.

É possível observar uma estabilidade na falta de emprego na localidade, o que a princípio representa uma involução desses indicadores com a melhora da situação pandêmica no país.

Por conta da também estabilidade ao longo dos dois anos dos indicadores analisados, optou-se pela apresentação da renda em um gráfico obtido pela média da renda dos jovens de 14 a 29 anos, apresentado na figura 4.

**Figura 3** - Renda média dos jovens entre 14 e 29 anos ocupados.



**Fonte:** Elaboração própria.

Na figura 4 observa-se uma grande concentração da renda das juventudes na faixa que vai de 0,5 a 2 salários mínimos, uma faixa que representa 73,1% da população de 14 a 29 anos.

A qualidade de vida e o poder de compra da população, deteriorados durante os anos de pandemia, com alta inflação dos

componentes da cesta básica e dos indicadores reguladores de aluguéis atuam na contração da renda, que segue estabilizada em um salário mínimo que não contempla as mínimas necessidades para uma vida digna.

## CONCLUSÃO

Durante o artigo, buscou-se através da pergunta "Como evoluíram os indicadores referentes ao trabalho, das juventudes de 14 a 29 anos, durante o período 2020 e 2021, caracterizado pela pandemia da COVID-19?", complementar o debate acadêmico do ponto de vista teórico e prático através da "caracterização das taxas de ocupação e desocupação das juventudes brasileiras durante a pandemia da COVID-19 suas potenciais implicações na deterioração dos indicadores referentes ao emprego e desalento da população de 14 a 29 anos".

A pesquisa e análise dos dados extraídos da PNAD contínua demonstra a grave situação que se encontram as juventudes brasileiras, o trabalho é inerente à sociedade capitalista, não há forma de vida sem renda, e o exposto na seção anterior evidencia uma deterioração não recuperada dos indicadores de emprego dos jovens de 14 a 29 anos.

Como primeira hipótese conclui-se que não é possível colocar toda a culpa na conta do desgoverno que passou pelo Palácio do Planalto de 2018 a 2022, mas fica evidente a total incapacidade de atuar com medidas contracíclicas para a manutenção das garantias mínimas dos direitos humanos à população mais pobre.

Como segunda hipótese, os indicadores corroboram o exposto na conceituação teórica e no relatório do IBGE (2022), nos servem aqui como prova da falta de políticas públicas, representadas em uma estabilidade negativa em alguns casos e de uma deterioração interna dos indicadores em outros. São amplamente conhecidos os problemas históricos estruturais do país, porém o governo atuou na contramão da humanidade em um papel negacionista e isolacionista do Brasil durante o período pandêmico.

Neste sentido, debater a formulação das políticas públicas, do investimento público e um novo modelo de política fiscal, abrangente e que seja capaz de contribuir com uma nova forma de pensar e viver da sociedade moderna.

Como terceira hipótese, conclui-se que através do exposto durante o artigo, a necessidade de políticas públicas voltadas para as juventudes, não é só necessária, é urgente. A falta de trabalho e condições de uma vida digna não pode ser a perspectiva do futuro do Brasil.

Através do exposto na conceituação teórica, foi possível apontar potenciais atuações que o Estado venha a construir rumo à produção de políticas públicas, fiscal e monetária, com impacto direto no emprego, de forma a salvaguardar o direito ao trabalho garantido na constituição federal. Desenvolver economicamente e socialmente o país depende da capacidade e vontade

dos agentes públicos ao implementar medidas de gestão pública capazes de compreender os anseios da população.

Através dos dados obtidos da PNAD concretiza-se o exposto na conceituação teórica, a falta de evolução positiva nos indicadores, em uma tendência de melhora da situação do emprego e da degradação da renda nas juventudes brasileiras. Parece haver uma relação perversa entre o não governo exercido no país entre 2019 e 2022 e as degradações dos indicadores do emprego no Brasil.

O país precisa de uma política que tenha como foco reduzir o desemprego e em conjunto reduzir a corrosão da renda, assim promovendo o papel do Estado em prover condições ao desenvolvimento da nação. Desenvolver o Brasil e suas juventudes através de um conjunto de políticas públicas sólidas e eficientes, com amparo nos direitos humanos, são necessidades urgentes de um país que viveu o descaso durante os últimos quatro anos.

Para tal, torna-se necessário no momento presente e principalmente em futuras pesquisas a necessidade de uma maior produção científica com foco em análises sociais e econômicas para as juventudes brasileiras, fomentando assim um terreno de produção acadêmica essencial para o desenvolvimento econômico. Como limitações de pesquisa e apontamentos para futuras pesquisas, sugere-se uma maior discussão através de modelos macroeconômicos e de análises qualitativas das políticas públicas voltadas às juventudes.

## REFERÊNCIAS

Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2022 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - Rio de Janeiro : IBGE, 2022. 154 p. : il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 49). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979>

ABÍLIO, Ludmila Costhek. (2020). UBERIZAÇÃO E JUVENTUDE PERIFÉRICA: Desigualdades, auto-gerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos CEBRAP*, 39 (Novos estud. CEBRAP, 2020 39(3)). Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>

De Sousa, Euzébio Jorge Silveira. (2021). O desemprego da juventude no Brasil em crise. *Juventude. Br*, (15), 31–39. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/170>

RESENDE, Marco Flávio da Cunha; TERRA, Fábio Henrique Bittes; FERRARI FILHO, Fernando. Con-

ventions, Money Creation and Public Debt to Face the Covid-19 Crisis and its Aftermath: A Post-Keynesian View. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 41, n. Brazil. J. Polit. Econ., 2021 41(2), abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572021-3260>

KEYNES, John Maynard . (1985 [1936]). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. 2ª. Edição, São Paulo, Nova Cultural. 1985.

DOWBOR, Ladislau (2017). *A era do Capital Improdutivo: a Nova Arquitetura do Poder, sob Dominação Financeira, Sequestro da Democracia e Destruição do Planeta*. Outras Palavras & Autonomia Literária, São Paulo, SP, 2017.

SOUZA, Gustavo Bruno Pereira de; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; REIS, Lillian Perdigão Caixêta. Crise dentro da crise: a inserção laboral juvenil e sua configuração no contexto do novo coronavírus. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 32, n. 1, p.90-108, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31423/oikos.v32i1.11341>

*Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil*. In: ROSSI, Pedro; DAVID, Grazielle; CHAPARRO, Sergio. *Política fiscal, desigualdades e direitos humanos*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

*Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil*. In: CARVALHO, Laura; ROSSI, Pedro. *Mitos fiscais, dívida pública e tamanho do Estado*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

*Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil*. In: ALMEIDA, Silvio; BATISTA, Waleska Miguel; ROSSI, Pedro. *Racismo na economia e na austeridade fiscal*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

*Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil*. In: ROSSI, Pedro; DAVID, Grazielle; DWECK, Esther. *Redefinindo responsabilidade fiscal*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

*Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil*. In: FAGNANI, Eduardo. *O Estado de Bem-Estar Social para o século XXI*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

*Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil*. In: ROSSI, Pedro; ROCHA, Marco Antonio; DWECK, Esther; DE OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; MELLO, Guilherme. *Uma agenda econômica para todos*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.